

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

THE IMPORTANCE OF TEACHING BSL FOR THE FORMATION OF THE LIBRARIAN

Joice Dias Costa*

Resumo

O presente trabalho aborda a história da LIBRAS e sua legalização como língua, bem como, a importância de seu ensino e conhecimento por profissionais da informação, em específico o Bibliotecário, onde traz a ideia da inserção e ensino desta língua dentre estudantes que estão se formando no curso de Biblioteconomia, como incentivo a mediação da informação em seus vários âmbitos. O objetivo do estudo é apresentar a necessidade em se compreender esta língua e utilizá-la no atendimento e trato com usuários surdos, utilizando-a como ponte para a inclusão espontânea. Serão abordados também a formação do bibliotecário, sua forma de atuação no espaço informacional e uso da comunicação dentre boa parte de suas atividades, o que nos remete ao uso da língua como ponte entre Usuário X Bibliotecário e via primordial para compreensão das necessidades do usuário. Foi feito um levantamento bibliográfico sobre o assunto com base em autores que abordam o mesmo tema em suas produções. Como resultado, obtivemos um novo olhar sobre a abordagem do tema de forma interdisciplinar que confirmam a necessidade e reflexão a respeito da inserção e presença deste contexto na formação destes profissionais.

Palavras-chave: LIBRAS. Biblioteconomia. Comunicação. Inclusão. Acessibilidade.

Abstract

The present work deals with the history of LIBRAS and its legalization as a language, as well as the importance of its teaching and knowledge by information professionals, in particular the Librarian, where it brings the idea of the insertion and teaching of this language among students who are forming in the course of Librarianship, as an incentive to mediation of information in its various spheres. The objective of the study is to present the need to understand this language and use it in the care and treatment of deaf users, using it as a bridge for spontaneous inclusion. The formation of the librarian, his way of acting in the informational space and the use of communication among a great part of his activities, will also be approached, which refers to the use of the language as a bridge between User X Librarian and a primordial way to understand the needs of the user. A

* Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
E-mail: joicosta2018@gmail.com

bibliographic survey on the subject was made based on authors who approach the same theme in their productions. As a result, we obtained a new look on the subject approach in an interdisciplinary way that confirms the need and reflection regarding the insertion and presence of this context in the training of these professionals.

Keywords: LIBRAS. Librarianship. Communication. Inclusion. Accessibility.

1 INTRODUÇÃO

A informação é uma ferramenta essencial para a formação e meio fundamental para a atividade de comunicação dentre os indivíduos. Dentre as áreas que tratam desta ferramenta e buscam por criar métodos e trazer formas de disseminar e facilitar o acesso a ela, está a Ciência da Informação.

A Ciência da Informação, também conhecida como Biblioteconomia, teve por muito tempo o seu desenvolvimento baseado em conceitos ambíguos e como referência; a produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, tornando-se, portanto, “uma ciência social rigorosa que se apoia em uma tecnologia rigorosa” (LE COADIC, 2004, p. 25). Como toda ciência, ela possui suas propriedades peculiares, no que diz respeito aos seus aspectos físico, cognitivo e social, sendo este último o que coloca a informação; ou como algo separado do usuário ou de ver o usuário, se não exclusivamente como sujeito, em primeiro lugar como tal, deixando de lado os condicionamentos.

Do desenvolvimento e produção científica mais as tecnologias eletrônicas e setores industriais da informação, que se tornaram depósitos de conhecimento sobre assuntos rebuscados continuamente pelas pessoas, ocorreu um crescente, que resultou em mudanças categóricas no setor cultural, econômico e tecnológico (fator epistemológico) convergindo assim como objeto de estudo não apenas as bibliotecas e centros de documentação, mas, a informação em si. Diante disto, a Ciência da informação passou a se configurar no campo das ciências sociais, que está voltada também para o ser social, buscando suprir suas necessidades informacionais no âmbito social e cultural.

Na busca por resolver os problemas que surgem relacionados a informação, a ciência da informação cruza os limites das disciplinas tradicionais levando recursos a

várias áreas, o que atribui a ela o perfil de uma ciência interdisciplinar também, resultando em uma troca mútua.

Trazendo então este lado interdisciplinar e partindo do paradigma social da Ciência da informação, lembramos assim da necessidade em disponibilizar o acesso à informação e disseminar a mesma para todo e qualquer indivíduo que a queira ou precise utilizá-la. Recorrente a estas características, a nível social, ela precisa estar acessível, o que valoriza o cunho liberal e humanista da profissão.

Tratar, organizar e propagar a informação é algo que requer flexibilidade e conhecimento das necessidades daqueles que buscam-na, pois, no decorrer do percurso que se faz, no que diz respeito ao aprimoramento desta prática, existe o que chamamos de inclusão social e acessibilidade, no intuito de integrar, incluir e interagir com todo e qualquer indivíduo com o qual venhamos a nos deparar, dando a eles abertura para se expressar e se colocar como usuário presente e parte complementar social em espaços informacionais.

O acesso e disponibilidade da informação não devem ser pensados apenas no âmbito físico do espaço e imposição desta concepção durante todo o trajeto de formação do bibliotecário, pois, a ciência da informação faz parte de uma rede de organização formal e informal que desempenha várias funções, o que atribui ao bibliotecário uma cognição que busca sempre se amplificar e construir meios que interajam com a deficiência informacional de cada um. Como ponto marcante desta inclusão, salientamos aqui a acessibilidade, que nada mais é que a possibilidade de estabelecer contato, de estar acessível e permissível, no que diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas, delineando assim, uma sociedade mais inclusiva. Partindo deste conceito, nos voltamos especificamente para a questão da acessibilidade comunicacional, que reflete sobre a necessidade de inexistir barreiras na comunicação, seja ela interpessoal, escrita ou virtual.

A comunicação é uma das ferramentas primordiais para interpretação e entendimento das dúvidas expressas. Ela é a ponte que liga a dúvida a resposta, o meio que produz a relação necessária para obtenção de resultados condizentes com aquilo que é buscado pelo usuário. Existem diversos tipos de comunicação e toda comunicação tem por objetivo a transmissão de uma mensagem, uma ideia, um contexto, uma necessidade, uma informação.

Junto à comunicação, esta a linguagem que pode apresentar mais de um sentido, onde quando nos referimos a esses sentidos, podemos pensar que, primeiramente:

Ele é mais comumente empregado para referir-se a qualquer processo de comunicação, como a linguagem dos animais, a linguagem corporal, a linguagem das artes, a linguagem da sinalização, a linguagem escrita, entre outras. Nessa acepção, as línguas naturais, como o português ou o italiano, por exemplo, são formas de linguagem, já que constituem instrumentos que possibilitam o processo de comunicação entre os membros de uma comunidade. (MARTELOTTA, 2008, p. 15).

A linguagem como habilidade, de acordo com Martelotta (2008, p. 15) “é a capacidade que apenas os seres humanos possuem de se comunicar por meio de línguas”, sendo a língua definida como um sistema de signos vocais que venha a ser utilizados como meio de comunicação dentre membros de um grupo social ou de uma comunidade. Estes três conceitos; comunicação, linguagem e língua, estão estritamente interligados e diretamente ligados à natureza humana, no caso, a capacidade humana formada por estas combinações, o que resulta no desenvolvimento do pensamento, construindo conhecimento e constituindo o próprio sujeito por estar presente nele, sendo assim indispensável seu papel nos processos mentais, assim como nos sociais. A manifestação linguística, que trata da expressão do pensamento se apresenta sob diversas formas, atribuídas a gestos, olhares, danças e músicas, esculturas, culturas e símbolos. Quando falamos de linguagem, a busca pela compreensão da mesma nos remete a dois grandes representantes em seus estudos: Ferdinand Saussure e Mikhail Bakhtin; onde o primeiro traz a questão da língua como um sistema de regras e o segundo contrapõem-se a esta concepção. Bakhtin acredita que todas as esferas inclusas na rotina humana e suas atividades, em suas variedades, se relacionam com a língua.

De acordo com Bakhtin (1997b, p. 124), a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, tampouco no psiquismo individual dos falantes. Sendo assim, para ele, a substância da língua está constituída na interação verbal realizada socialmente. Perini (2010, p. 2) salienta que “a língua falada por um povo é parte da imagem que esse povo tem de si mesmo, em certos casos ainda mais significativos do que as unidades políticas em que o povo se organiza”. A fala pode ser definida como a utilização oral da língua pelo indivíduo, porém, torna-se individual, pois, cada um

escolhe o que lhe convém conforme seu gosto ou necessidade, situação, personalidade ou até mesmo o ambiente sociocultural no qual vive, resultando assim em sua maior parte de comunicação, a posição do indivíduo, com relação aos meios que utiliza.

Olhando então a linguagem como habilidade, podemos compreendê-la, representá-la e significá-la a partir da expressão corporal em conjunto com as palavras, de forma expressiva e participativa. Expressar-se equivale a agir criativamente, é fazer-se fazendo, é movimento, processo de onde emergem, simultaneamente, o conhecimento de si e do mundo, resultando assim, na interação com o outro, de forma a incluí-lo, independente de seus meios ou atributos, porém, de acordo com os veículos utilizados e apresentados por ele.

Sendo assim, trazemos como destaque neste trabalho a realidade dos usuários com limitações auditivas que nos revelam estas especificidades linguísticas ainda ignoradas pela sociedade, no âmbito da acessibilidade comunicacional, prevendo através disto a quebra de barreiras nas relações interpessoais no âmbito informacional. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a linguagem utilizada pelos Surdos e atualmente foi legalizada como língua oficial primeiramente sob a Lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002, sendo esta regulamentada e oficialmente imputada sua inclusão como disciplina curricular obrigatória e eletiva, no Decreto de nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, o que nos torna cientes de que a LIBRAS é uma língua, assim como qualquer outra. Tornar ela uma aptidão comum e necessária para orientação, formação e comunicação entre os indivíduos é fator importante e saliente que precisa ser incluído já na formação de profissionais que irão lidar com a informação para com todo e qualquer tipo de usuário e onde estes, no caso o Surdo, fazem parte.

O reconhecimento da LIBRAS como língua oficial vem estimulando os Surdos a estudarem e ingressarem em cursos técnicos e universitários, diante disto, a presença de um interprete ou profissional que saiba comunicar-se ou compreender a necessidade deste usuário, descrito no capítulo III do mesmo decreto citado aqui, é ponto importante a ser analisado. “Ora, a diversidade humana deve ser contemplada no mundo globalizado, que pressupõe a inclusão de todos.” (PUPO, 2008, p. 19).

Sendo assim, trazer um pouco a atenção dos profissionais da área da informação, em específico do curso de biblioteconomia, assim como de profissionais

que já atuam na mesma área para este assunto é algo que precisa ser estimulado e incentivado, pois, sendo então o bibliotecário agente disseminador de informação e se deparando com usuários de perfis variados, como iremos poder enxergar o tratamento e adequação do mesmo às necessidades especiais de determinados clientes, em específico o surdo? Qual a importância do ensino da LIBRAS para a formação do bibliotecário diante das atividades exercidas pelo mesmo dentro de uma unidade informacional ou qualquer outro espaço, vindo ele a se deparar com usuários que apresentem estas necessidades? Se adequar a estas questões, colocar mais em prática o paradigma social da área e conhecer a importância da presença destes meios de comunicação, no caso a LIBRAS, deve ser um dos pontos primordiais para coletivizar os meios abarcados pelo conhecimento.

A inclusão social nos direciona a moldar nossos ambientes e profissionais de modo que ao menos atinjamos uma condição que o faça competente para entender e responder aquilo que é buscado.

De acordo com Freire (2001, p. 2); “o papel do profissional da Ciência da Informação, perante comunidades que experimentam diversas formas de exclusão, é disseminar a informação ao delinear um caminho para a inclusão social”. A evolução da informação, no que concerne a sua variedade de meios acessíveis que expõe ou conectam os seres, exige também novos modelos e posição no espaço organizacional, institucional e individual e a responsabilidade social do profissional, precisa adaptar-se a estas necessidades.

Pessoas com deficiência não podem nem devem ser excluídas desse processo, pois podem ser grandes beneficiárias das inovações proporcionadas pelos meios de comunicação, e não nos compete, nem é lícito escolhermos quais seres humanos iremos receber ou atender em nosso ambiente de trabalho. (PUPO, 2008, p. 18).

Segundo Almeida Junior (2009) com a constatação da ideia de ponte: a mediação, segundo o senso comum dos profissionais da área, permite, assim como a ponte, a relação entre dois pontos que, de certa forma, podem/estão impedidos de interagir por algum obstáculo ou empecilho.

O presente trabalho busca trazer um estudo e reflexão, assim como, salientar o que é a LIBRAS e sua importância para o papel do bibliotecário, para a comunicação e trato com o usuário que apresente esta necessidade, disseminando a informação em seu âmbito coletivo e social com o objetivo de despertar a necessidade do ensino e prática de uso desta ferramenta de comunicação. A R. Bibliomar, São Luís, v. 17, n. 1, p. 45-58, jan./jun. 2018.

pesquisa também traz um pouco sobre a formação, perfil e competências profissionais do bibliotecário e sua relação com a língua de sinais, sendo ela de caráter bibliográfico e exploratório onde o levantamento foi realizado em bases de dados da área de biblioteconomia e outras afins.

2 A LÍNGUA DE SINAIS: sua história e legalização

A língua de sinais é uma língua social, também conhecida como natural, pelo fato de ter surgido espontaneamente da interação entre pessoas, “devido a sua estrutura, permite a expressão de qualquer conceito e de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano” (BRASIL, 1997) podendo ser comparada a expressividade e complexidade da língua oral por passar conceitos (concreto ou abstrato, complexo ou simples). É uma língua organizada e não uma simples junção de gestos, sendo por este motivo chamada de língua.

Apresenta modalidade espaço-visual por não se realizar pelo canal oral-auditivo, mas, pelo visual e utilização do espaço, expressões faciais e movimentos gestuais perceptíveis pela visão. A língua de sinais não é universal, pois, cada região possui sua própria estrutura gramatical e assim como a oral, ela representa a cultura de um povo, sendo assim, da mesma forma que os ouvintes e suas diferentes línguas (inglês, francês, alemão...), indivíduos em comunidades surdas apresentam suas próprias línguas, com características e estruturas familiares.

A LIBRAS ou Língua Brasileira de Sinais é uma língua de modalidade gestual-visual e possui cinco parâmetros para a confecção de seus sinais: a Configuração de Mão (CM), Ponto de articulação (PA), Movimento (M), Orientação ou Direcionalidade (O/D) e Expressão Facial e/ou Corporal (EF/C) e apresentam mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos onde o canal utilizado por ela, contribui para sua realização e elaboração de sinais que estejam mais em comum com nossa realidade do que com as palavras em si.

Sacks diz que (2010, p. 105), a língua de sinais é para os surdos uma adaptação única a outro modo sensorial; mas é também uma corporificação da identidade pessoal e cultural dessas pessoas. Ou seja, o fato de incorporar esta língua nos diversos âmbitos sociais informacionais, é uma forma de inclusão natural e coerente com a prática da mediação coletiva e cultural de cada ser.

A utilização deste meio de comunicação era algo proibido no século XV, no qual o aluno que fosse pego praticando-a era punido, pois, a igreja condenava o Surdos, os mesmos não eram considerados humanos porque, de acordo com gregos e romanos, a fala era resultado do pensamento, logo aquele que não pensava não era humano, não tinham direito a testamentos, a escolarização e não podiam frequentar os mesmos lugares que pessoas ouvintes. No que diz respeito à educação, apesar dos atritos e dificuldades iniciais, o ensino da língua iniciou-se com Pedro Ponce de Leon (1510-1584) na Europa-Espanha. Ele utilizou sinais rudimentares para se comunicar e tornou-se um marco importante na história da educação surda, por defender que a língua era algo natural e própria do surdo, desenvolvendo sua comunicação e cognição no âmbito social. O primeiro alfabeto manual foi idealizado e desenhado pelo padre espanhol Juan Pablo Bonet (1579-1633).

Logo após vieram o holandês Van Helmont (1614-1699) que foi o primeiro a descrever a leitura labial e uso do espelho, método aperfeiçoado mais tarde, por Johann Conrad Amman (1669-1724) um médico e educador suíço que era a favor do oralismo e contra a língua de sinais, por pensar que esta atrofiaria a mente do Surdo. Tivemos também o Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780) que foi um educador português e que defendia a oralização, utilizando a desmutização por meio da visão usando um alfabeto digital especial que manipulava os órgãos da fala.

A primeira escola para surdos foi fundada em Edimburgo na Grã-Bretanha por Thomas Braidwood (1715-1806) como uma academia privada, mas, foi o abade Charles-Michel de L'Épée (1712-1789) um educador filantrópico da França que ficou conhecido como o “Pai dos Surdos” e um dos primeiros que defendeu o uso da língua de sinais, reconhecendo ele que a língua existia, desenvolvia-se e servia de base comunicativa e essencial entre os Surdos. Ele aprendeu a língua e criou a primeira escola no mundo para Surdos em Paris, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, em 1760. No Brasil, a educação para surdos teve início através da chegada de um educador surdo francês e ex-aluno do Instituto, chamado Hérneste Huet (1822-1886) e a primeira escola foi fundada em 26 de setembro de 1857, no Rio de Janeiro com o nome de Instituto dos Surdos-mudos no Rio de Janeiro, atualmente intitulada de Instituto de Educação dos Surdos (INES).

No que diz respeito a legalização da língua, com o Decreto de nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, foi regulamentada e legalizada a Lei de nº 10.436 expressa em 24 de abril de 2002, que reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais, o que garantiu formas institucionais de apoio ao uso e difusão da Libras como meio de comunicação pelas comunidades surdas de forma objetiva e de uso corrente, estipulando através disto que instituições e unidades de serviços públicos de assistência a saúde, forneçam atendimento e tratamento adequado aos deficientes auditivos, determinando também sua inserção como disciplina curricular obrigatória nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, nos níveis médio e superior e de forma eletiva em outros cursos.

A definição desta lei e oficialização da mesma leva-nos a analisar melhor e reconhecer que a LIBRAS e os representantes da mesma, no caso, o Surdo, precisam de adequação destes meios a eles.

A informação concorre, assim, para o exercício da cidadania, à medida que possibilita ao indivíduo compreender a dimensão desta mudança e oferece os meios de ação individual e coletiva de auto ajustamento. Para isso, no entanto, é necessário garantir ao indivíduo o acesso à educação e à informação. (ROCHA, 200, p. 40).

Com estas grandes mudanças que vem ocorrendo na sociedade e dada à importância da informação na formação do cidadão como um todo, o bibliotecário apto a lidar com métodos diferentes no trato e repasse da informação torna-se fundamental. Sendo assim ele precisa estar aberto ao diálogo com sua realidade, consciente de seu importante papel a fim de desempenhá-lo de forma libertadora, e garantindo desta forma uma troca de competência para engrandecimento coletivo.

3 A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E A LIBRAS

A profissão do bibliotecário, com relação a sua atuação, sempre teve como característica principal a biblioteca – onde havia mais interesse no armazenamento, organização, catalogação, indexação, recuperação da informação - porém, com o decorrer do tempo, as competências relacionadas ao bibliotecário tiveram expansão, o que buscou por formar profissionais que pudessem lidar não só com as questões de tratamento, mas, a disseminação e acesso a informação.

De acordo com o PPC do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE):

O principal objetivo é formar profissionais com competências e habilidades para solucionar questões relacionadas à seleção, à coleta, à organização, ao tratamento, à disseminação e ao acesso da informação e do conhecimento produzido, em diferentes meios e suportes. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2011, p.14).

Salientamos, dentre esta definição, duas práticas importantes e que pouco é colocado em prática pelo bibliotecário: a disseminação e acesso a informação, sendo que em seu âmbito social. O bibliotecário não deve apenas se limitar a esta disseminação dentre o meio científico, mas, colocar também a flexibilidade do profissional, com relação às transformações sociais, tecnológicas e no mundo do trabalho, onde, percebemos que a quantidade de pessoas que buscam se informar cresce e varia em seu teor, com isto, a partir do momento em que é colocado dentre os objetivos gerais e específicos que o bibliotecário é formado para diagnosticar as necessidades informacionais do público em geral e realizar atividades que democratizem a informação, não podemos pensar no profissional limitado em aptidões e iniciativas tecnicistas.

A relação ensino-aprendizagem não deve se limitar à aquisição de conhecimentos, mas também à formação de pessoas integradas socialmente com seu meio e com o mundo, capazes de responder às necessidades dos outros, aptas a perceber e se adaptar às mudanças e que sejam, sobretudo, éticas. (MORIN, 2003).

Devemos englobar questionamentos com relação aos contextos ministrados para bibliotecários durante sua formação, de forma que se mostre um profissional atuante, de reconhecimento social, importante para a sociedade e capaz de se moldar ao que reflete a profissão, disponível á todos, pois assim se evidencia a competência informacional que ele possui; “cursos de graduação devem preparar bibliotecários” (PIMENTEL, 1985, p. 1).

Em seu perfil, está inclusa a ação social, representando sua atuação como cidadão e elemento contribuinte para a formação da cidadania, sendo assim, ele precisa estar “qualificado para interagir, criticamente, com o processo de transferência da informação, da geração ao uso, participando de seu contexto social” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2011, p.16).

De acordo com o PPC de Biblioteconomia da Universidade Federal de São Carlos (UFscar):

A educação na sociedade da informação e do conhecimento está fundada em quatro pilares, que constituem ao mesmo tempo em pilares do conhecimento e da formação continuada, ou seja, de aprendizagem ao longo da vida: a) aprender a aprender; b) aprender a fazer; c) aprender a viver juntos; d) aprender a ser. A estes pilares juntam-se as setes competências e saberes necessários para a educação: as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão; a ética do gênero humano. Mais do que meramente "educar" como sinônimo de treinamento, devemos educar no sentido de criar e despertar competências necessárias para atuar na sociedade e na tomada de decisões fundamentadas no conhecimento. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2014, p. 21).

Destes quatro pilares, o terceiro que diz “aprender a viver juntos” é um dos pontos iniciais de partida para que compreendamos a necessidade em se colocar mais humanamente e socialmente para com os outros, de forma que eles compreendam que nossa atuação está além de práticas técnicas e metodológicas.

Pensando assim, devemos nos lembrar da necessidade da inclusão e interpretar esta necessidade como a relação do sujeito com o grupo em conjunto com o profissional responsável por mediar à informação, tornando este ponto de vista uma extensão informacional que inclua sujeitos de todos os tipos de deficiência, no caso usuários especiais.

O conceito de inclusão inverte a lógica da integração e prevê que os currículos se adaptem para atender os deficientes, assim como também os espaços sociais devem facilitar o acesso e eliminar barreiras para o trânsito e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. (BATTISTI, 2010, p. 42).

De acordo com Cunha (2003, p. 2) isto significa entender os novos papéis que surgem, as novas necessidades informacionais e as novas formas de responder a estas necessidades criando novos métodos e formas de trabalho.

Dito isso, queremos ressaltar que não basta simplesmente tornar os ambientes acessíveis (espaços físicos, disponibilizar conhecimento, etc.). As barreiras mais difíceis de serem contornadas são as "barreiras de atitude". É preciso que nos tornemos pessoas acessíveis e inclusivas, ou seja, fazer uma revisão de nossas atitudes e mudá-las, tendo como foco principal a ideia de que todas as pessoas têm direitos e deveres em uma sociedade democrática e que ninguém deve ser excluído por qualquer razão que seja. (BAPTISTA, 2008, p. 24).

O resultado de forma positiva, com relação à busca pela inclusão depende da intenção, vontade, capacidade e interesse das pessoas com e sem deficiência, de mudanças e ações que demonstrem atitudes que busquem esta aprimoração, além

R. Bibliomar, São Luís, v. 17, n. 1, p. 45-58, jan./jun. 2018.

de todo um contexto físico e social composto de recursos que contribuam para a independência da pessoa com deficiência.

A LIBRAS é uma língua, e partindo deste princípio, nada mais coerente do que estar preparado também para o caso de sermos abordados por este tipo de usuário e fazer com que o mesmo se sinta integrado e incluso no espaço ao qual se direciona.

Pessoas com deficiência não podem nem devem ser excluídas desse processo, pois podem ser grandes beneficiárias das inovações proporcionadas pelos meios de comunicação, e não nos compete, nem é lícito escolhermos quais seres humanos iremos receber ou atender em nosso ambiente de trabalho. (PUPO, 2008, p. 18).

O fato da educação estar inserida no contexto da biblioteconomia, nos leva a refletir que, uma vez propagado e ofertado o ensino da LIBRAS a mesma estaria capacitando o bibliotecário a um atendimento adequado e construindo assim, um contato direto, tornando-o ponte entre a informação (seu objeto de trabalho) e o usuário (aquele que precise e necessite dela) suprimindo sua necessidade informacional, independente de qual seja ela. Sendo assim, a inclusão desta disciplina no curso e sua oferta seriam de suma importância por trazer uma interação, acessibilidade, união de perfis diferentes, interatividade, o despertar do lado humano do curso, maior circulação da informação (ultrapassando fronteiras e barreiras) e um convívio social mais harmonioso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estar bibliotecário é se enxergar dentre todos os meios que contextualizam e fazem parte da educação humana, pois, a partir do momento em que se trabalha com a informação e percebe-se um crescimento e ampliação do público alvo ao qual ela está destinada, precisamos ser flexíveis e nos moldar de forma a estarmos preparados para os desafios, sejam eles positivos ou negativos que a área nos traga. O estar preparado implica também na questão de buscarmos estar preparados, atribuindo ao nosso auto contexto, meios que justifiquem o motivo de sermos nós a ponte que liga a resposta ao questionamento, o suprimento a necessidade informacional de cada um, sendo então, acessos informacionais.

Viver pensando que a acessibilidade está ligada apenas aos nossos espaços físicos é limitar-se a um único método e ignorarmos os outros aspectos de nosso perfil diante da sociedade e suas necessidades. A comunicação é uma das

R. Bibliomar, São Luís, v. 17, n. 1, p. 45-58, jan./jun. 2018.

ferramentas fundamentais para o bibliotecário, pois, através dela podemos resolver diversos problemas que nos é apresentado, e a inclusão da LIBRAS como meio para esta compreensão é algo que já deveria ter sido desenvolvido e abordado de forma presente dentro a formação do bibliotecário. O fato de pensar nela como algo importante precisa partir daqueles que pretendem se formar e trabalhar com a informação, pois, o informar está em formar e educar as pessoas através daquilo que repassamos e indicamos a elas.

Sendo assim, o presente trabalho serviu não apenas para revelar um simples estudo, questionamento ou posicionamento pessoal e coletivo, mas, salientar que não deve ser tardia, como futuros disseminadores da informação, a busca por métodos e meios que busquem o benefício e melhoria do perfil. Isso deve partir não apenas de imposições curriculares já formatadas, mas, de um diálogo aberto entre aqueles que buscam ajudar o usuário, como também de uma vivência maior daquilo que é nossa realidade, cultura e sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Revista Brasileira de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p.89-103, jan./dez. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/17>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BAKTHIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAPTISTA, Maria Isabel S. Dias. Convivendo com as diferenças. In: _____. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2008. p. 24-27.

BATTISTI, C. M. Da segregação à inclusão: evolução do conceito de inclusão. **Ágora- Revista Eletrônica**, Cerro Grande, n. 11, dez. 2010. Disponível em: <http://www.ceedo.com.br/agora/agora11/CleusaMolinariBattisti_inclus%E3odod eficiente_Desafiooportunidades.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília, DF, 1997. v. 3. (Série atualidades pedagógicas, n. 4).

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 15, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p41/5234>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. 166 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Ciência de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; CUNHA, Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antonio. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.
PERINI, Mário A. Sobre língua, linguagem e Linguística: uma entrevista com Mário A. Perini. **ReVEL**, v. 8, n. 14, 2010. Disponível em: <www.revel.inf.br>. Acesso em: 10 dez. 2017.

PUPO, Deise Tallarico. Acessibilidade e Inclusão: o que isso tem a ver com os bibliotecários?. In: _____. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2008, p.18-21.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 2000.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **PPC de Biblioteconomia**. Recife, 2011. Disponível em: <<https://biblioteconomiaufpe.wordpress.com/.../ppc-de-biblioteconomia-perfil-0406/>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **PPC de Biblioteconomia**. São Carlos, 2014. Disponível em: <www.prograd.ufscar.br/projetoped/projeto_bci.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2016.